

## OS LIMITES DA AUTONOMIA EPISTÊMICA: A CRÍTICA DE LINDA ZAGZEBSKI AO EGOÍSMO EPISTÊMICO

THE LIMITS OF EPISTEMIC AUTONOMY: LINDA ZAGZEBSKI'S CRITIQUE OF EPISTEMIC EGOISM

Ian Salles Botti<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é falar sobre o que a autonomia epistêmica não é, a saber, uma forma de egoísmo epistêmico, segundo a qual o indivíduo deve confiar e depender somente em si mesmo na busca por bens epistêmicos (cf. Fricker, 2006). Apresento a crítica de Zagzebski (2020) ao egoísmo epistêmico com o qual a autonomia epistêmica é frequentemente identificada. Segundo Zagzebski, (a) não há boas razões para tomar o egoísmo epistêmico como um ideal; (b) o egoísmo epistêmico é incoerente, porque tem como consequência a confiança em outras pessoas; (c) o egoísmo epistêmico tem consequências indesejadas tanto para o indivíduo quanto para a comunidade epistêmica, limitando a produção de bens epistêmicos de ambos. Com isso, é revelada uma tensão entre o ideal de autonomia epistêmica e a busca pela verdade. O argumento da incoerência, de Zagzebski, é compatível com o endosso do anti-reducionismo sobre o testemunho e do anti-individualismo a respeito de bens epistêmicos, mas a autora não chega a explicitar a conexão de sua crítica ao egoísmo epistêmico com essas duas teses. Por isso, aponto o paralelo entre a rejeição de Miranda Fricker (2023) do reducionismo, devido a sua inadequação descritiva (seção 1) e a rejeição de Zagzebski do ideal de autonomia, devido a sua inadequação normativa (seção 2). Além disso, complemento a crítica de Zagzebski com a sugestão de um diagnóstico do que motiva o endosso do ideal de autonomia epistêmica, tendo em vista que não é a busca pela verdade o que o faz. Para isso, recorro à concepção de orgulho intelectual vicioso, de Greco (2021) (Seção 2.4). Greco argumenta que o individualismo epistêmico é uma manifestação do vício do orgulho epistêmico, e está comprometido com ideais e ilusões de autossuficiência, bem como com uma noção de autonomia epistêmica incompatível com a dependência epistêmica, bastante similar ao ideal de autonomia epistêmica como egoísmo, tal como Zagzebski o concebe. Essa aproximação entre as ideias de Zagzebski e Greco visa explicar o que motiva o egoísta epistêmico a valorizar a si mesmo mais do que valoriza a verdade. Se essa hipótese estiver correta, a tendência anti-individualista da epistemologia contemporânea pode ser vista como uma reorientação bem-vinda, que manifesta a virtude da humildade intelectual (oposta ao orgulho intelectual vicioso) e abre caminho para reconceber a autonomia epistêmica de modo que ela seja compatível com a confiança em outros e com a dependência epistêmica.

**Palavras-chave:** epistemologia social, anti-individualismo epistêmico, autonomia epistêmica, orgulho intelectual

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001 – durante a pesquisa de Mestrado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) –138/2024 – durante a pesquisa de Doutorado (em andamento) pela UFES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6026-4970>. Email: [iansallesbotti@gmail.com](mailto:iansallesbotti@gmail.com).

**Abstract:** *The aim of this paper is to discuss what epistemic autonomy is not, that is, a form of epistemic egoism, according to which the individual should rely and depend only on oneself in the pursuit of epistemic goods (cf. Fricker, 2006). I present Zagzebski's (2020) critique of epistemic egoism with which epistemic autonomy is often identified. According to Zagzebski, (a) there are no good reasons to take epistemic egoism as an ideal; (b) epistemic egoism is incoherent because it results in trust in others; (c) epistemic egoism has undesirable consequences for both the individual and the epistemic community, limiting the production of epistemic goods for both. Thus, a tension is revealed between the ideal of epistemic autonomy and the pursuit of truth. Zagzebski's argument of incoherence is compatible with the endorsement of anti-reductionism about testimony and anti-individualism regarding epistemic goods, but the author does not explicitly articulate the connection of her critique of epistemic egoism with these two theses. Therefore, I point to the parallel between Miranda Fricker's (2023) rejection of reductionism, due to its descriptive inadequacy (section 1), and Zagzebski's rejection of the ideal of autonomy, due to its normative inadequacy (section 2). Additionally, I suggest, as a complement to Zagzebski's critique, a diagnosis of what motivates the endorsement of the ideal of epistemic autonomy, considering that it is not the pursuit of truth that drives it. For this, I turn to Greco's (2021) conception of vicious intellectual pride (Section 2.4). Greco argues that epistemic individualism is a manifestation of the vice of epistemic pride and is committed to ideals and illusions of self-sufficiency, as well as to a notion of epistemic autonomy incompatible with epistemic dependence, quite similar to the ideal of epistemic autonomy as egoism, as Zagzebski conceives it. This approximation between Zagzebski's and Greco's ideas aims to explain what motivates the epistemic egoist to value oneself more than one values the truth. If this hypothesis is correct, the anti-individualistic tendency of contemporary epistemology can be seen as a welcome reorientation, which manifests the virtue of intellectual humility (opposed to vicious intellectual pride) and opens the way to reconceive epistemic autonomy in a way that is compatible with trust in others and epistemic dependence.*

**Keywords:** *social epistemology, epistemic anti-individualism, epistemic autonomy, intellectual pride*

## Introdução

Ao avaliar o status das crenças de modo a descobrir se são conhecimento genuíno, a epistemologia costuma fazê-lo do ponto de vista do indivíduo, sem recorrer a fatores externos, entre os quais está o testemunho de outras pessoas. Se o objetivo é pôr em dúvida o que pode ser posto em dúvida e encontrar fundamentos seguros para o conhecimento, então não se pode simplesmente aceitar a palavra de outras pessoas como constituindo conhecimento próprio. Uma vez que nem mesmo o que o sujeito percebe diretamente — o que lhe é dado imediatamente à consciência de modo inequívoco — escapa ao escrutínio do epistemólogo, o testemunho e a autoridade intelectual de outros parecem não servir para justificar as crenças sob exame. Tradicionalmente, a epistemologia valoriza as conclusões a que o sujeito epistêmico pode chegar por conta própria. Se ele puder aceitar a palavra de outras pessoas, isso também deve ser algo que ele conclui por conta própria, empregando suas capacidades cognitivas e considerando a evidência disponível. Sob diversas formas, com diferentes vocabulários, métodos e objetivos, há um forte viés individualista na epistemologia tradicional.

Pode-se dizer que a autonomia do indivíduo no âmbito epistêmico é tida como um ideal. Segundo Elizabeth Fricker, filósofos como Descartes e Locke adotaram esse ideal do conhecedor autônomo como aquele que “não aceita nenhuma proposição, a não ser que ele mesmo possua a evidência que a estabeleça. Portanto, ele não aceitará nada com base na palavra de outra pessoa, mesmo quando em posse de evidência de que a outra pessoa é confiável a respeito do assunto em questão.” (Fricker, 2006, p. 225, tradução nossa). Mesmo ao lidar com algo radical como a dúvida hiperbólica cartesiana, o epistemólogo depende de suas capacidades epistêmicas ao tentar descobrir uma rota de fuga para escapar do ceticismo, isto é, ele confia em si mesmo ao avaliar suas crenças, e mesmo no caso dessa avaliação ter um resultado negativo (i.e., sucumbir ao ceticismo), esse é um resultado alcançado pelo indivíduo através do uso de seus próprios recursos epistêmicos.

Meu objetivo é explorar o ideal de autonomia epistêmica presente nesse projeto epistemológico, a fim de identificar o que o motiva e suas implicações para a conduta epistêmica ordinária. Tenho como alvo sobretudo a autonomia entendida como um valor epistêmico não restrito aos contextos específicos da investigação filosófica, ou seja, vista como um ideal a ser perseguido por qualquer pessoa, em qualquer contexto de formação e avaliação de crenças. Um dos temas centrais da epistemologia contemporânea é a crítica ao internismo, ao evidencialismo e ao

individualismo epistêmico.<sup>2</sup> É neste contexto teórico que se insere a discussão sobre os limites da autonomia epistêmica do indivíduo. Recentemente, filósofos e pesquisadores de outras áreas têm se debruçado sobre este tema, produzindo uma literatura transdisciplinar sobre a autonomia, cujo significado e importância extrapolam por muito o da concepção tradicional de autonomia epistêmica que abordo (cf. Matheson, Loudheed, 2021; Colburn, 2022; Matheson, 2024a). Mas devido a sua influência pervasiva e, por vezes, insuspeita, na epistemologia, é pertinente entender melhor em que ela consiste e por que razões ela deve ser rejeitada, para esclarecer o que a autonomia epistêmica *não* é. Isso leva às seguintes questões: devemos ter a autonomia epistêmica como um ideal em nossas práticas epistêmicas cotidianas? É possível conduzir a vida intelectual de modo a nunca depender de outras pessoas formarem crenças? Mais ainda, é racional e eficaz agir assim?

Na próxima seção, apresento brevemente o debate acerca do testemunho na epistemologia social. Uma vez levantada a questão da importância do testemunho como fonte de justificação epistêmica, os epistemólogos se dividiram quanto a como lidar com as crenças provenientes do testemunho de um falante: os reducionistas (ou inferencialistas) pendem para o lado do individualismo epistêmico, exigindo mais do ouvinte e desconfiando do falante, enquanto os anti-reducionistas (ou não-inferencialistas) concedem que o falante tem um papel crucial na aquisição de conhecimento por parte do ouvinte, se afastando do individualismo. Para um lado do debate, a postura padrão é de desconfiança para com outras pessoas, enquanto para o outro lado, o padrão é confiar. Com isso visou mostrar ao leitor que, contra a ênfase usual em faculdades cognitivas como a percepção, a memória e a razão como fontes básicas de conhecimento, é plausível que o testemunho seja mais que um mero acessório ao exercício das capacidades cognitivas individuais. Nessa seção, me limito apresentar alguns argumentos avançados por ambos os lados do debate e a concordar com Miranda Fricker (2023) que o anti-reducionismo tem maior apelo intuitivo por parecer se ajustar melhor cenários cotidianos de troca testemunhal de informação.

Em seguida, apresento a crítica de Zagzebski (2020) à autonomia epistêmica tradicionalmente concebida, isto é, como uma forma de egoísmo epistêmico. O que distingue a discussão proposta por Zagzebski do debate entre reducionistas e anti-reducionistas na epistemologia do testemunho é que a autora entende a autonomia epistêmica como um ideal tanto

---

<sup>2</sup> Greco define o individualismo epistêmico como “a tese de que a justificação epistêmica das crenças de um sujeito nunca depende de propriedades dos atos cognitivos e linguísticos dos pares sociais do sujeito.” (Greco, 2021, p. 272, tradução nossa). O anti-individualismo nega essa tese, incluindo, em alguns casos, fatores pertencentes à vida epistêmica de outras pessoas como relevantes para o status epistêmico das crenças do sujeito. Confira Greco (2021, p. 274) para definições de evidencialismo e internismo.

presente na teorização epistemológica em geral, quanto capaz de afetar a conduta epistêmica cotidiana de indivíduos e comunidades. As teses principais de Zagzebski são: (i) não há boas razões para ter o egoísmo epistêmico como ideal; (ii) o egoísmo epistêmico implica na confiança em outras pessoas, e, por isso, é incoerente; (iii) o egoísmo epistêmico limita o escopo do conhecimento humano e é danoso a indivíduos e comunidades epistêmicas.

Não pretendo argumentar em favor da posição de Zagzebski ou defendê-la de objeções. Em vez disso, suponho sua correção a fim de explorar brevemente algumas de suas implicações para o debate filosófico sobre a autonomia epistêmica. Em conexão com a tese de Fricker (2023), segundo a qual o não-inferencialismo parece descrever melhor o testemunho enquanto prática epistêmica cotidiana, concluo, com base em Zagzebski (2020), que essa prática epistêmica é, em larga medida, razoável e benéfica. Também sugiro, junto a Greco (2021), uma explicação baseada em virtudes para a influência do ideal de autonomia sobre os epistemólogos: o endosso desse ideal é motivado pelo vício do orgulho intelectual, que fomenta ideais e ilusões de autossuficiência epistêmica.

Em vista dessa rejeição do inferencialismo enquanto modelo descritivo do testemunho, e do egoísmo epistêmico enquanto ideal normativo, concluo que convém à filosofia repensar a autonomia intelectual de modo a torná-la compatível com a confiança em outras pessoas e com a aceitação das relações de dependência socioepistêmica nas quais tomamos parte.

## 1. Testemunho e confiança

O testemunho desempenha um papel crucial na formação de crenças, especialmente quando se trata do testemunho especializado de autoridades em diferentes áreas do conhecimento. Com frequência não disponho do tempo ou do conhecimento prévio para justificar minha crença naquilo que mecânicos, jornalistas, médicos e cientistas, por exemplo, me dizem. Nesses casos, pode-se dizer que eu sei aquilo que me contam? Se sim, como? Uma das questões centrais do debate contemporâneo é saber se o testemunho é uma fonte básica de conhecimento ou não. Tanto em situações cotidianas quanto em casos de testemunho especializado nos quais o ouvinte não possui a evidência relevante, temos duas opções básicas: ou negamos que suas crenças testemunhais possam constituir conhecimento, ou afirmamos que ele sabe com base na confiança depositada no relato do falante.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O termo “confiança” talvez seja intuitivo o suficiente para ser usado sem maiores explicações, mas no contexto presente é relevante ter em mente que confiar em alguém (em si mesmo ou em outras pessoas) é algo que podemos fazer de maneira espontânea ou reflexiva, com base em evidências de que a pessoa é confiável ou sem qualquer evidência prévia. Zagzebski (2012, p. 36) define confiança como uma relação triádica com a seguinte forma: “x confia em y para algum propósito ou em algum aspecto z”. Se tratando de confiança epistêmica, o z em questão é a busca pela

Um ouvinte adquire conhecimento testemunhal ao raciocinar sobre se deve acreditar em um determinado falante. Ou seja, o ouvinte usa suas próprias evidências sobre se uma pessoa é conhecedora de um determinado assunto, se a pessoa é provavelmente sincera etc., e então usa essas evidências para determinar se deve aceitar o que o falante está dizendo. Essa visão é chamada de “reducionismo” porque sustenta que o conhecimento adquirido por meio de testemunhos se reduz ao conhecimento obtido pelo raciocínio a partir das próprias evidências do sujeito. (Greco, 2021, p. 273, tradução nossa).

Assim, para o reducionista, o testemunho é uma fonte de justificação e conhecimento secundária, enquanto as fontes primárias seriam todas capacidades cognitivas internas ao indivíduo.<sup>4</sup> Alternativamente, essa posição pode ser chamada inferencialista, por exigir que, para que o testemunho constitua conhecimento para o ouvinte, ele deve ser capaz de produzir um argumento cuja conclusão seja a proposição em questão: “[...] a fim de obter conhecimento de que p de alguém que lhe diga que p, o ouvinte deve, de alguma forma (talvez muito rapidamente, talvez até mesmo inconscientemente) ensaiar um argumento cuja conclusão é p.” (Fricker, 2023, p. 90).

Os anti-reducionistas defendem a segunda alternativa. Para eles, o ouvinte pode adquirir conhecimento a partir do testemunho mesmo sem possuir, ele mesmo, razões para crer. Deste ponto de vista, o testemunho não precisa ser reduzido ao exercício das faculdades cognitivas básicas do ouvinte. Ele não precisa argumentar em favor do testemunho recebido e nem ter razões positivas para confiar no falante. Nessa perspectiva, é possível ter muito conhecimento sem estar de posse da justificação para as crenças em questão.

Nesta segunda abordagem ampla, o conhecimento proveniente de testemunhos não pode ser entendido, pelo menos não inteiramente, em termos do que é sustentado pelas próprias evidências de alguém. Pelo contrário, o anti-reducionismo insiste que o falante realiza algum trabalho epistêmico e faz uma contribuição além do que pode ser verificado pelos próprios recursos do ouvinte. Assim, o anti-reducionismo abraça um tipo mais robusto de dependência epistêmica em relação a outras pessoas. (Greco, 2021, p. 273, tradução nossa).

Enquanto no reducionismo há somente uma “pseudo-dependência”, no anti-reducionismo há uma relação de dependência epistêmica mais robusta com relação a outros indivíduos e grupos epistêmicos. Isso parece entrar em conflito direto com a tradição da epistemologia, que argumenta que, sem estar de posse da evidência relevante, as crenças adquiridas por testemunho são meras crenças, desprovidas de justificação (Hardwig, 1985, p. 335). Em oposição ao reducionismo, no anti-reducionismo não há ênfase na autonomia do indivíduo e na necessidade de que a obtenção da verdade seja creditada a ele. Alternativamente, essa posição também pode ser chamada

---

verdade ou a confiabilidade [*reliability*] e sinceridade do falante ao relatar suas crenças. Devemos confiar no testemunho de outras pessoas? Se sim, essa confiança antecede a posse de evidências favoráveis à confiança naquela pessoa enquanto conhecedora?

<sup>4</sup> É comum considerar a percepção, a memória, a introspecção e o raciocínio apriorístico como fontes básicas de conhecimento (cf. Feldman, 2003, capt. 1). Se a razão for entendida em termos de inferências dedutivas e indutivas, então ela deixa de ser uma fonte de crenças básicas capaz de alcançar verdades a priori e passa a ser uma fonte de crenças não-básicas, derivadas, por regras de inferência, das crenças obtidas por meio das demais fontes.

não-inferencialista: “[...] pode-se estar inclinado a deixar as considerações fenomenológicas em primeiro plano e argumentar que nossa recepção espontânea cotidiana da palavra do outro pode trazer conhecimento mesmo sem a elaboração de qualquer argumento.” (Fricker, 2023, p. 91).

Que considerações pesam a favor e contra cada posição? O reducionismo é atraente do ponto de vista tradicional. Há situações em que não dispomos da justificação necessária para saber aquilo que nos é informado por outras pessoas. Se não temos razões favoráveis à crença, é difícil para o epistemólogo tradicional entender como poderíamos ter conhecimento. E com frequência as pessoas erram ao transmitir informação, ou propositalmente dizem falsidades, o que parece justificar uma certa desconfiança com relação ao testemunho na ausência de razões positivas advindas de outras fontes que não o testemunho, principalmente quando não sabemos se aquela pessoa específica é ou não uma boa informante (Fricker, 2023, p. 94). Além disso, a confiança em outros e a dependência deles para justificar nossas crenças pode parecer comprometer a autonomia individual. Segundo Fricker, o inferencialismo é “obviamente bem projetado para acalmar as ansiedades sobre a justificação para aceitar o que os outros nos dizem, pois exige que o ouvinte adote um raciocínio que forneça justificação.” (Fricker, 2023, p. 92). Entretanto, se a natureza e valor da autonomia estiver em debate, isso não pode ser usado como argumento em favor do reducionismo, pois defender que depender de outros no âmbito epistêmico é algo ruim é exatamente o que o precisa ser feito, em vez de meramente pressuposto, se o reducionista quiser defender o ideal de autonomia completa.

Por outro lado, contra o reducionismo, exigir que o ouvinte possua razões e possa inferir a verdade do testemunho ou que o falante é confiável parece ser excessivamente trabalhoso intelectualmente, além de não refletir o que fazemos cotidianamente ao receber informações por meio do testemunho. Miranda Fricker (2023, p. 91) ressalta que o não-inferencialismo prioriza as considerações fenomenológicas sobre o testemunho, em oposição ao inferencialismo. Em outras palavras, o inferencialismo não parece explicar adequadamente as práticas comuns de testemunho. Esse modelo demanda do ouvinte a formulação de um argumento, cuja elaboração é “muito intelectualmente trabalhosa”, entretanto

isso não corresponde à nossa fenomenologia cotidiana da troca informal de testemunhos, que apresenta o aprendizado de algo sendo dito como distintamente não laborioso e espontâneo. Certamente, uma prática epistêmica tão básica para a vida humana, como ter coisas contadas por alguém que sabe algo, não pode exigir esse nível de esforço intelectual [...]. (Fricker, 2023, p. 92-93).

Outra crítica ao reducionismo é a aparente insuficiência da base indutiva que possuímos para fundamentar a confiança no testemunho em geral (cf. Coady, 1992, p. 82). Não parece que o indivíduo tenha, de fato, evidência suficiente para justificar sua confiança na veracidade do

testemunho da maioria das pessoas. Se for preciso ter evidência de que as pessoas costumam ser confiáveis para poder ter conhecimento testemunhal, então o reducionismo tem a consequência indesejada de negar que tenhamos conhecimento testemunhal devido a essa exigência também exagerada.<sup>5</sup>

O anti-reducionismo, por sua vez, evita a objeção de Fricker (2023) ao reducionismo e faz dela um ponto a seu favor, por melhor se adequar à fenomenologia do testemunho, isto é, à forma como costumamos aceitar a palavra de outras pessoas sem gastar tempo produzindo um argumento que justifique isso. A aceitação do testemunho em muitos contextos parece ser espontânea e o anti-reducionismo não entra em conflito com esse fato a respeito do modo como trocamos informação. Neste modelo, o ouvinte não precisa ter razões positivas a favor do testemunho, basta que ele não tenha razões contrárias. Só é preciso raciocinar ativamente e usar capacidades críticas quando razões para duvidar do testemunho aparecem (Fricker, 2023, p. 93).

Mas essa posição também é alvo de objeções. O anti-reducionismo está exposto à crítica de ser muito otimista se for sustentado com base na ideia de que o que justifica a aceitação acrítica do testemunho (na ausência de razões positivas) é uma tendência natural humana à veracidade como falantes e à credulidade como ouvintes. Não parece ser o caso que, em geral, se pode confiar que as pessoas tendem à veracidade (Fricker, 2023, p. 94). Além disso, Fricker (2023, p. 95) afirma que a concepção das faculdades críticas como estando em “modo soneca” durante a recepção do testemunho é inadequada. A criticidade do ouvinte não estaria inativa em casos típicos de testemunho, mas somente em um modo automático que não requer reflexão ativa a menos que surjam razões contrárias ao testemunho (Fricker, 2023, p. 96).

Ambas as posições apresentadas versam sobre o testemunho em geral. O reducionismo foi a posição predominante ao longo da história da epistemologia, que relegou o testemunho a uma posição de menor importância em comparação com a percepção, a memória e o raciocínio dedutivo e indutivo. O anti-reducionismo, por sua vez, rompe com essa tradição e com o individualismo tão presente nela. Ainda que seja inconclusiva, a argumentação precedente indica que o anti-reducionismo tem maior plausibilidade intuitiva, tendo em vista as práticas epistêmicas reais em casos comuns de testemunho, o que conta contra o individualismo intelectualista da tradição. Apesar de ser uma questão contenciosa, endosso a tese anti-reducionista na seção seguinte em virtude de sua consistência com a crítica de Zagzebski à concepção de autonomia epistêmica que subjaz ao individualismo e ao reducionismo. Se a argumentação de Zagzebski estiver correta, então

---

<sup>5</sup> Rowley (2012) oferece uma resposta ao argumento da insuficiência da evidência, defendendo a tese reducionista diante desta objeção.

é preciso ou abandonar o modelo reducionista do testemunho ou dissociá-lo do individualismo epistêmico, a fim de torná-lo compatível com a tese da dependência epistêmica, se é que isto é possível.

## 2. Autonomia e egoísmo no âmbito epistêmico

Fricker (2006, p. 225) descreve a autonomia epistêmica como a dependência exclusiva de si mesmo, a aceitação apenas daquilo que é descoberto por conta própria, utilizando-se de suas próprias faculdades e capacidades investigativas e inferenciais. Parece incontestável que agentes epistêmicos limitados como nós não podem satisfazer esse ideal, mas, alegadamente, devemos buscar nos aproximar dele sempre que possível. Em outras palavras, esse ideal se sustentaria mesmo que não consigamos alcançá-lo, por sermos epistemicamente limitados. Confiar em outras pessoas é, portanto, visto como um “mal necessário”, por assim dizer, que um ser epistemicamente superior hipotético poderia e deveria evitar:

Um ser superior, com todos os poderes epistêmicos para descobrir tudo o que quisesse por si mesmo, poderia alcançar essa ideia de completa autonomia epistêmica sem, com isso, limitar a extensão de seu conhecimento. Dado os riscos envolvidos na dependência epistêmica de outros [...] esse ser superior está, suponho, em uma posição epistemicamente melhor do que os humanos. Ou seja, se ele soubesse em primeira mão tanto quanto eu sei em grande parte por meio da confiança no testemunho de outros, ele estaria epistemicamente mais segura, sendo, portanto, tanto praticamente mais independente quanto — em algum sentido abstrato — mais autônomo do que eu sou. Da mesma forma que eu posso lamentar não poder voar ou viver até os 300 anos, posso lamentar não ser um ser assim. (Fricker, 2006, p. 243, tradução nossa).

A suspeita de que outras pessoas podem ser pouco confiáveis explica parcialmente o apelo desse ideal, pois sugere que é preferível depender apenas de si mesmo para buscar a verdade. Mas isso basta para tomar a autonomia epistêmica como um ideal? É realmente melhor crer apenas naquilo que podemos justificar por meio do exercício de nossas próprias capacidades cognitivas? É razoável que um agente epistêmico prefira confiar mais em si mesmo do que em outros agentes semelhantes a ele? Zagzebski (2020) argumenta contra esse ideal, identificando três formas de egoísmo epistêmico e avaliando algumas razões para considerá-lo como um ideal. Após recusá-las, ela apresenta argumentos contra o egoísmo epistêmico, defendendo que, se o egoísta estiver realmente comprometido com a busca pela verdade, ele terá que abandonar o egoísmo, de forma que essa posição se revela incoerente.

## 2.1 Egoísmo epistêmico extremo

A forma extrema do egoísmo epistêmico sustenta que “o fato de que alguém tem uma crença nunca é uma razão para crer, nem quando associado a evidência de que a outra pessoa é confiável [*reliable*].” (Zagzebski, 2020, p. 263, tradução nossa). Se a pessoa que sustenta o egoísmo epistêmico extremo “descobre que alguém acredita em p, ela vai demandar prova de p que ela possa determinar pelo uso de suas próprias faculdades, dadas suas próprias crenças prévias, mas ela jamais acreditará em nada com base em testemunho.” (Zagzebski, 2020, p. 263, tradução nossa). Isso significa que o egoísta extremo busca evidência a favor da crença por conta própria e não aceita o testemunho ainda que a outra pessoa seja confiável e o egoísta saiba disso.<sup>6</sup> De fato, temos razões para não confiar em algumas pessoas, em algumas circunstâncias, com relação a alguns tópicos. Mas porque adotar a desconfiança como política padrão ao lidar com toda e qualquer troca testemunhal?

Contra essa posição, Zagzebski (2020, p. 265) argumenta que nós também não temos evidência de que nossas próprias faculdades são mais confiáveis que as de outras pessoas. Nós precisamos confiar em nós mesmos ao exercitar essas faculdades na busca de evidência em favor da nossa confiabilidade. Sendo assim, a confiança em si mesmo é algo básico, mas que não indica que o indivíduo é mais confiável que outras pessoas. De fato, ao usar suas faculdades epistêmicas ele obtém evidência de que em alguns casos ele não é confiável, assim como obtém evidência de que em muitos casos outras pessoas são confiáveis:

Por um lado, é impossível para mim obter evidências da minha confiabilidade [*trustworthiness*] como um todo, já que preciso usar minhas faculdades e crenças anteriores para reunir e avaliar as evidências. Assim, é, em princípio, impossível para mim ter evidências de que, como um todo, sou mais confiável do que todas as outras pessoas. Ao confiar em minhas próprias capacidades, tenho evidências de que muitas outras pessoas são não confiáveis, mas por que isso deveria me levar a confiar apenas em minhas próprias capacidades? Usando essas mesmas capacidades, também tenho evidências de que às vezes não sou confiável, e tenho evidências de que, em alguns domínios, algumas outras pessoas são mais confiáveis do que eu. Pelo que posso ver, o medo da falta de confiabilidade [*untrustworthiness*] pode nos tornar epistemicamente inseguros, mas não sustenta o egoísmo epistêmico extremo. (Zagzebski, 2020, p. 265, tradução nossa).

Segundo Zagzebski (2020, p. 265), suspeitar da confiabilidade pode levar a uma insegurança epistêmica, mas não favorece o egoísmo extremo, pois o indivíduo não está em uma posição privilegiada. Outra razão contra essa forma de egoísmo é a seguinte: descontadas as limitações

---

<sup>6</sup> Repare que essa forma extrema de egoísmo parece idêntica ao ideal de autonomia epistêmica descrito por Elizabeth Fricker (2006; cf. introdução), mas é mais forte que o reducionismo testemunhal que apresentei na seção anterior. O egoísmo epistêmico extremo parece reduzir ao mínimo, ou mesmo eliminar, o valor do testemunho enquanto fonte de conhecimento.

epistêmicas humanas, o que faria um agente idealmente autônomo ser melhor que um agente dependente de outros perfeitamente confiáveis? Por que o ideal seria a autonomia completa<sup>7</sup> do indivíduo, em vez de uma comunidade de agentes perfeitamente confiáveis? O fato de agentes epistêmicos limitados não serem perfeitamente confiáveis não permite decidir entre um ou outro ideal – a evidência de que outras pessoas não são confiáveis em alguns casos subdetermina a adoção do ideal da autonomia ou do ideal da dependência epistêmica em agentes perfeitamente confiáveis (Zagzebski, 2020, p. 265).<sup>8</sup> A argumentação até aqui visa apenas recusar o egoísmo epistêmico extremo enquanto ideal epistêmico, mas ainda não permite rejeitá-lo. Zagzebski vai além, contudo, defendendo que o egoísmo epistêmico é, em si mesmo, incoerente.

O argumento da incoerência consiste em mostrar que os padrões epistêmicos adotados pelo egoísta epistêmico o levam, em última análise, a abandonar qualquer forma de egoísmo epistêmico e aceitar a dependência epistêmica. Da confiança em si mesmo decorre a confiança em outras pessoas, defende Zagzebski. A primeira etapa do argumento enfraquece a posição do egoísta epistêmico, levando-o do egoísmo extremo ao egoísmo forte, que é uma posição menos radical. Zagzebski (2020, p. 267) começa pela constatação não-problemática de que por meio do uso de suas capacidades cognitivas o egoísta epistêmico obtém conhecimento empírico de que outras pessoas são confiáveis [*reliable*] e dignas de confiança [*trust*]. Não há diferença, em princípio, entre saber via percepção e indução, que a grama é verde e cresce com o tempo, e saber que algumas crenças de algumas pessoas provavelmente são verdadeiras (Zagzebski, 2020, p. 267). Com isso, a pessoa epistemicamente egoísta descobre que “é permitido confiar nas capacidades e crenças de muitas outras pessoas, e começa a aceitar algumas crenças com base no testemunho.” (Zagzebski, 2020, p. 267, tradução nossa). Ela ainda pode escolher não confiar em outras pessoas, mas a essa altura seu egoísmo epistêmico já não é mais tão extremo.

---

<sup>7</sup> Novamente, remeto à concepção de Fricker, segundo a qual “A autonomia epistêmica completa [...], por definição, exige não depender do testemunho de ninguém para qualquer porção de seu conhecimento.” (Fricker, 2006, p. 246, tradução nossa).

<sup>8</sup> Acrescento ao argumento da subdeterminação de Zagzebski a seguinte consideração sobre qual ideal epistêmico é melhor para agentes limitados, mas capazes de aprimoramento individual e coletivo. Talvez seja mais fácil, *prima facie*, aperfeiçoar um único agente epistêmico a ponto de satisfazer o ideal de autonomia epistêmica, em vez de aperfeiçoar toda uma comunidade de agentes, a ponto de torná-los todos perfeitamente confiáveis. Mas se levarmos em conta que nós, seres humanos, somos sociais por natureza, e que nossas maiores conquistas epistêmicas são colaborativas, então buscar melhorar as práticas epistêmicas, o ambiente epistêmico e o caráter epistêmico das comunidades e de seus membros parece mais interessante do que idealizar algo como um Robinson Crusoe, absolutamente autônomo e absolutamente incapaz de produzir bens epistêmicos colaborativos elevados como aqueles vinculados à filosofia, às ciências, às artes e à religião.

## 2.2 Egoísmo epistêmico forte

A segunda forma do ideal de autonomia epistêmica é o egoísmo epistêmico forte, que sustenta que o indivíduo não é obrigado a levar em conta as crenças de outros ao formar suas próprias, mas pode fazê-lo se souber que eles são confiáveis [*reliable*] (Zagzebski, 2020, p. 265). Essa é uma posição mais moderada que o egoísmo extremo, mas preserva a liberdade do indivíduo de ignorar as crenças de outras pessoas mesmo tendo evidência de que são confiáveis. Essa forma de egoísmo epistêmico também é criticada por Zagzebski com base em sua falta de justificação enquanto ideal e em sua incoerência.

Já que o ideal de autonomia epistêmica completa não se sustenta, o que justifica manter uma forma mitigada de egoísmo epistêmico como ideal? Uma hipótese é que o egoísta epistêmico aceita a confiança no testemunho de outrem como um mal necessário, sem abdicar de uma “dependência fundamental do indivíduo sobre si mesmo” ao fazer isso (Zagzebski, 2020, p. 266, tradução nossa). Já que para nós, seres humanos, a autonomia completa é impraticável, manter uma forma enfraquecida de egoísmo epistêmico satisfaz “o desejo de manter a autonomia tanto quanto possível, ao mesmo tempo que se possui uma quantidade saudável de conhecimento” (Zagzebski, 2020, p. 266, tradução nossa). O egoísmo epistêmico forte satisfaz o desejo de exercer tanta autonomia epistêmica quanto possível, ao mesmo tempo que amplia o escopo do conhecimento do indivíduo, em comparação com o egoísmo extremo. Mas isso não parece ser uma razão para adotar a autonomia como ideal epistêmico, afinal, o desejo de manter a autonomia parece ir de encontro à busca pela verdade, a limitando.<sup>9</sup>

Uma última possibilidade levantada por Zagzebski é a seguinte: “Talvez a razão seja que devo confiar em minhas próprias capacidades, mas tenho a escolha de confiar ou não nas capacidades de outras pessoas.” (Zagzebski, 2020, p. 267, tradução nossa). Contudo, a autora logo nota a implausibilidade disso:

É verdade que a confiança em minhas próprias faculdades e crenças anteriores é inevitável, enquanto a confiança nos outros pode ser evitada se eu estiver disposto a renunciar a muitas crenças. Mas isso não apoia a posição de que é melhor para mim confiar em minhas próprias capacidades em detrimento das dos outros. Se alguma forma de egoísmo epistêmico é um ideal, isso não pode ser defendido com base na ideia de que é bom para mim fazer apenas o que devo fazer de qualquer maneira. (Zagzebski, 2020, p. 267, tradução nossa).

---

<sup>9</sup> Zagzebski não explicita esse ponto, se limitando a notar que, se o que está em jogo é o desejo de ser tão autônomo quanto possível, então “é difícil ver porque deveríamos aceitar o egoísmo epistêmico como um ideal.” (Zagzebski, 2020, p. 266, tradução nossa). O conflito entre o egoísmo epistêmico e a busca pela verdade só é explicitado na terceira etapa do argumento da incoerência, direcionado contra o egoísmo epistêmico fraco.

O mero fato de ser inescapável não torna a confiança em si mesmo algo bom e excludente da confiança em outras pessoas. Portanto, essas razões não parecem favorecer o endosso do ideal de autonomia epistêmica.

Passo à segunda etapa do argumento da incoerência. Lembre-se que a confiança em si mesmo e o uso de suas capacidades cognitivas (sobretudo, a percepção e a indução) levam o egoísta epistêmico extremo a concluir que ele pode confiar na palavra de outras pessoas e, conseqüentemente, enfraquecem sua posição (Zagzebski, 2020, p. 267). Mas confiar no outro ainda é opcional, não mandatório. Entretanto, o egoísta forte carece de uma razão para não confiar em outras pessoas, e, por isso, ele não somente pode, mas deve confiar nelas (Zagzebski, 2020, p. 268). Exceto em casos de conflito entre crenças, não há razão para não confiar naquelas pessoas que se tem evidência de serem confiáveis [*trustworthy*]. Isto é, sabendo que há pessoas confiáveis, a pessoa epistemicamente egoísta é obrigada a confiar nelas a menos que possua alguma razão para não o fazer.

[...] se ela estiver vivendo em um universo semelhante ao nosso, haverá muitos casos em que não há tal conflito. Usando suas próprias faculdades e confiando em suas crenças anteriores, ela verá que certas outras pessoas são fontes confiáveis de verdade em algumas ocasiões, e não há razão para não confiar nelas. O uso de suas próprias faculdades a leva a perceber que confiar nelas é obrigatório, não opcional. Assim, ela é obrigada, por uma confiança consistente em suas próprias faculdades, a se tornar uma egoísta epistêmica fraca. (Zagzebski, 2020, p. 267, tradução nossa).

É importante destacar dois aspectos do argumento. Primeiro, ele parece se aplicar somente às pessoas para as quais há evidência de serem confiáveis, e não para toda e qualquer pessoa. Ainda assim, Zagzebski propõe que, havendo evidência, confiar não é opcional. Em segundo lugar, a passagem da confiança em outros ser permitida pelo uso das próprias capacidades, para a confiança em outros ser exigida pelo uso das próprias capacidades não é clara. O que justifica isso? Suponho que o argumento de Zagzebski seja um entimema, cuja premissa oculta é a demanda racional de que o indivíduo deve acreditar nas conclusões a que chega por meio do uso de suas capacidades cognitivas e deve acreditar nas conseqüências lógicas de suas crenças. Deixar de fazê-lo, e.g., não confiar em S quando se tem evidência de que S é digno de confiança, ou não acreditar no relato de S que p, é, em última instância, não confiar em si mesmo e isso é inconsistente com o egoísmo epistêmico. Assim, o egoísta epistêmico consistente é racionalmente obrigado a confiar em pessoas que ele tem evidência de serem confiáveis e, portanto, é levado a uma posição ainda mais fraca.

### 2.3 Egoísmo epistêmico fraco

O egoísmo epistêmico fraco é a terceira e última forma de egoísmo, segundo a qual o indivíduo que reconhece a confiabilidade de outras pessoas não apenas pode, mas tem a obrigação de considerar as crenças dessas pessoas ao formar suas próprias: “quando, e somente quando, se tem evidências de que as crenças de outra pessoa servem de forma confiável ao desejo pela verdade em algum domínio, não se está apenas racionalmente permitido, mas racionalmente obrigado a levar em conta as crenças dessa pessoa na formação de suas próprias crenças.” (Zagzebski, 2020, p. 266, tradução nossa). Essa versão do ideal de autonomia epistêmica é a que mais se assemelha à posição reducionista sobre o testemunho. Havendo evidência a partir da qual o ouvinte pode inferir que o falante é confiável, as crenças deste devem ser levadas em conta. Contudo, isso ainda é uma forma de egoísmo porque a postura padrão é de desconfiança para com outras pessoas.

Mas porque é desejável preservar essa autossuficiência e manter a autonomia epistêmica como um ideal? Nesse aspecto o egoísmo forte e o egoísmo fraco se assemelham. Ambos podem ser entendidos como tentativas de ter o melhor dos dois mundos, preservando ao máximo a autonomia do indivíduo, mas lhe proporcionando uma quantidade decente de conhecimento, tarefa na qual o egoísmo extremo falha. As considerações de Zagzebski (2020, p. 266) sobre o egoísmo epistêmico forte se aplicam, *mutatis mutandis*, ao egoísmo epistêmico fraco. Terei mais a dizer a respeito disso na seção 2.4.

O argumento da incoerência culmina na crítica ao egoísmo fraco. A essa altura, o egoísta já está comprometido com confiar em outras pessoas em alguns casos. O que justifica chamá-lo de egoísta é que “Tudo o mais sendo igual, o egoísta deposita maior confiança em suas próprias faculdades do que nas faculdades dos outros.” (Zagzebski, 2020, p. 268, tradução nossa). Ao longo de sua crítica, Zagzebski já estabeleceu que o egoísta não tem boas razões para ter o egoísmo como um ideal e tampouco possui evidência favorável ao egoísmo. Pelo contrário, a pessoa egoísta tem evidência de que ela mesma não é confiável sempre, e que outras pessoas são, em muitos casos, confiáveis, até mesmo em domínios nos quais ela não é (Zagzebski, 2020, p. 268). Mais ainda, a evidência favorável à confiabilidade de suas próprias faculdades cognitivas e das de outras pessoas é posterior à confiança posta em si mesma. Toda e qualquer evidência depende do exercício das próprias capacidades, de modo que é impossível justificá-las de maneira não-circular.<sup>10</sup> A pessoa “deve confiar em si mesma antes das evidências, pois deve confiar em si mesma para coletar e

---

<sup>10</sup> Richard Foley (2001) e William Alston (1986, 2005) argumentam que a circularidade epistêmica é inescapável. Zagzebski (2012, 2020) toma isso como base para sua discussão sobre a racionalidade da confiança epistêmica em si mesmo e em outras pessoas.

avaliar as evidências” (Zagzebski, 2020, p. 268, tradução nossa). Zagzebski argumenta da seguinte maneira:

Estou interpretando a egoísta epistêmica como alguém que se importa com a verdade. Ela confia apenas em suas próprias faculdades e nas faculdades de outros cuja confiabilidade ela descobriu através do uso de suas próprias faculdades, porque acredita que essa é a melhor maneira de chegar à verdade. Como ela se importa com a verdade, compromete-se a ser uma crente conscienciosa, alguém cujo comportamento epistêmico é governado pelo cuidado com a verdade, e é racional para ela confiar em si mesma quando é conscienciosa. Ela também tem evidências de que alcança a verdade quando é conscienciosa, mas, como todos os outros, deve confiar em si mesma antes das evidências, pois deve confiar em si mesma para coletar e avaliar as evidências. Portanto, a egoísta epistêmica racional confia em si mesma quando é conscienciosa na tentativa de alcançar a verdade, e essa confiança não é baseada em evidências de sua confiabilidade. (Zagzebski, 2020, p. 268, tradução nossa).

O argumento é complexo e sua aceitação depende, em larga medida, do que Zagzebski entende por racionalidade e conscienciosidade, mas para ser breve, não vou me deter nesses tópicos.<sup>11</sup> O ponto fundamental é o seguinte: para Zagzebski, o que permite que qualquer indivíduo (não somente o egoísta epistêmico) confie em si mesmo é seu compromisso com a busca da verdade e com comportar-se de maneira conscienciosa ao buscá-la. Sendo conscienciosos na formação de crenças, fazemos bom uso de nossas capacidades e adquirimos evidência de que, ao fazê-lo, alcançamos a verdade confiavelmente [*reliably*], mas essa evidência é sempre posterior à crença de que o uso de nossas capacidades e a evidência obtidas por seu intermédio tem qualquer conexão com a verdade.<sup>12</sup> O problema, para o egoísta epistêmico, é que, se a confiança alocada em si mesmo é condicional às competências cognitivas que o indivíduo possui e usa de maneira conscienciosa em determinadas circunstâncias, então a pessoa egoísta epistêmica deve confiar igualmente em outras pessoas que (ela sabe que) possuem competências cognitivas similares às dela e as usam de maneira conscienciosa em circunstâncias similares àsquelas nas quais ela usa as suas.

Nas palavras de Zagzebski, “se a egoísta epistêmica é racional, ela está comprometida a confiar nos outros quando eles são conscienciosos, quando eles possuem as qualidades que ela confia em si mesma.” (Zagzebski, 2020, p. 269, tradução nossa). Se outras pessoas estão igualmente bem-posicionadas epistemicamente, então o indivíduo deve confiar nelas tanto quanto confia em si mesmo, já que “não há diferença relevante entre as bases para confiar em si mesmo e as bases para confiar neles.” (Zagzebski, 2020, p. 269, tradução nossa). Supondo que o egoísta valoriza a

---

<sup>11</sup> Zagzebski (2020) não explica nenhum dos dois termos, mas em outra obra a autora define crença conscienciosa como “crença que é governada por uma preocupação com a verdade.” (Zagzebski, 2009, p. 9, tradução nossa).

<sup>12</sup> Em *Epistemic authority*, Zagzebski (2012, capt. 2) discute a confiança epistêmica posta pelo indivíduo na confiabilidade de suas capacidades cognitivas e na relação entre a evidência e a verdade. Para a autora, acreditamos de maneira pré-reflexiva que nosso desejo pela verdade pode ser satisfeito, mas isso requer confiança em nós mesmos, já que não podemos justificar o uso de nossas capacidades cognitivas sem usá-las, e nem justificar a conexão entre evidência e verdade, ou entre razões e verdade, sem assumir que evidências e razões são condutivas à verdade (Zagzebski, 2012, p. 38-43, 45-51).

verdade, ele é obrigado a confiar em outras pessoas tanto quanto confia em si mesmo, abandonando o egoísmo epistêmico. Caso contrário, não seria a busca pela verdade o que leva o egoísta a evitar depender em outros, e sim a valorização de suas próprias faculdades meramente por serem suas; ou seja, o egoísta se revelaria como alguém que valoriza mais suas próprias faculdades epistêmicas do que a verdade (Zagzebski, 2020, p. 269).

## **2.4 Egoísmo epistêmico e suas implicações para agentes e práticas epistêmicas cotidianas**

Quero destacar dois aspectos da crítica de Zagzebski ao ideal de autonomia epistêmica. O primeiro é um ponto que Zagzebski menciona, mas não enfatiza: o egoísmo epistêmico é danoso. O egoísmo extremo restringe o escopo do conhecimento do indivíduo, privando-o de todo e qualquer conhecimento que dependa do testemunho de outras pessoas. Mesmo Fricker (2006), que toma a autonomia epistêmica como um ideal, reconhece que, para agentes epistêmicos limitados, ela é impraticável. Na prática, o indivíduo não poderia usufruir do conhecimento científico e técnico dos quais nós dependemos no cotidiano, assim como não poderia tomar parte na produção desse conhecimento, resultado de uma atividade colaborativa.<sup>13</sup>

Os egoísmos forte e fraco evitam, até certo ponto, essa diminuição exagerada da quantidade de conhecimento que o indivíduo pode ter. Ambas as posições evitam que o escopo do conhecimento seja muito restrito, pois o indivíduo, apesar de precisar renunciar a muitas crenças, não toma uma posição tão radical e limitante quanto a do egoísta extremo, podendo contar com informação obtida de outras pessoas. As posições moderadas do ideal de autonomia admitem que podemos (egoísmo epistêmico forte) ou devemos (egoísmo epistêmico fraco) contar com o testemunho de outras pessoas, mas não admitem uma dependência epistêmica mais robusta (i.e., que não passe sempre pelo crivo do indivíduo), o que implicaria o abandono do egoísmo epistêmico e, entre outras coisas, o endosso do anti-reducionismo sobre o testemunho. Nesse sentido, essas posições aceitam o que Greco chama de “pseudo-dependência” epistêmica, ou seja, “uma dependência que, por sua vez, depende dos recursos próprios do indivíduo e está sujeita a eles. A “dependência real”, digamos, não depende dos recursos próprios do sujeito.” (Greco, 2021, p. 273, tradução nossa).

Contudo, outro problema é que não é apenas o indivíduo egoísta quem se priva de bens epistêmicos. Zagzebski afirma haver tipicamente uma diferença entre o comportamento do egoísta e

---

<sup>13</sup> Vale destacar que o testemunho de especialistas e autoridades epistêmicas não é importante somente para o leigo, mas também para os próprios especialistas, que precisam confiar uns nos outros para produzirem conhecimento de forma colaborativa (cf. Hardwig, 1985; Wagenknecht, 2016, capt. 7).

do não egoísta, de forma que sua desconfiança na palavra de outras pessoas afeta negativamente o funcionamento da comunidade epistêmica também. Ter seu testemunho descreditado por alguém pode ser ofensivo para o falante, ou até mesmo enlouquecedor (Zagzebski, 2020, p. 272).<sup>14</sup> Esse ponto parece se aplicar até mesmo ao egoísmo epistêmico fraco, de modo que é plausível sugerir que a busca da autonomia epistêmica tem consequências indesejadas para o indivíduo e para a comunidade. Portanto, mesmo se for concedido que alguma forma de egoísmo epistêmico é praticável, ainda assim não parece ser uma postura eficaz na busca por bens epistêmicos – a rejeição do egoísmo epistêmico é instrumentalmente mais valiosa que seu endosso, já que produz melhores consequências epistêmicas.

Aliás, a busca por bens epistêmicos é mesmo o que motiva o egoísta epistêmico? Esse é o segundo aspecto da crítica de Zagzebski que quero destacar. A terceira etapa do argumento da incoerência revela um problema latente ao longo de toda a crítica de Zagzebski ao egoísmo epistêmico: o conflito entre o desejo pela autonomia epistêmica e a busca pela verdade. O egoísta epistêmico é conduzido à confiança em outras pessoas e, conseqüentemente, ao abandono do egoísmo epistêmico, se de fato estiver interessado na verdade. Como a autonomia completa é impraticável e epistemicamente danosa para humanos, e uma autonomia mitigada é igualmente incoerente e limitadora do alcance do conhecimento do indivíduo, pode-se questionar se sua adoção como ideal está realmente a serviço de algum fim epistêmico ou se é motivada apenas pela valorização das capacidades cognitivas do indivíduo simplesmente porque são suas, e não de outras pessoas.

Zagzebski não oferece um diagnóstico dessa atitude de valorização de si mesmo acima da verdade, mas Greco (2021), por exemplo, sugere que ideais e ilusões de autossuficiência, bem como uma concepção de autonomia incompatível com a dependência socioepistêmica, são características do vício do orgulho intelectual.<sup>15</sup> Essa é uma hipótese plausível e complementar à argumentação de Zagzebski, porque o orgulho intelectual vicioso está associado à superestimação de si mesmo enquanto agente epistêmico (e.g., valoriza excessivamente suas capacidades, conquistas, conhecimento e status social na comunidade epistêmica) e a subestimação de outros agentes epistêmicos (Greco, 2021, p. 272). É plausível pensar que a pessoa intelectualmente orgulhosa seja

---

<sup>14</sup> O mito de Cassandra exemplifica como os prejuízos causados quando o ouvinte (ou a plateia) desacredita indevidamente e sistematicamente do relato da falante se estendem a todos os envolvidos na troca testemunhal e à comunidade (Zagzebski, 2009, p. 12).

<sup>15</sup> Os ideais de autossuficiência dizem respeito a pretensão intelectualmente arrogante de ter conhecimento do mundo exterior, de outras mentes, do passado, de leis naturais, entre outros tipos relevantes, sem depender epistemicamente de outras pessoas. Sendo difícil, se não impossível, satisfazer tais ideais sem sucumbir ao ceticismo, o individualista epistêmico recai em ilusões de autossuficiência (Greco, 2021, p. 275).

alguém que valoriza suas qualidades epistêmicas não porque elas são qualidades, mas porque elas são suas. A aquisição de bens epistêmicos importa, para a pessoa intelectualmente orgulhosa, porque reflete em seu valor pessoal e em seu status social enquanto conhecedor. O indivíduo intelectualmente orgulhoso tem uma disposição para adotar o ideal de autonomia e autossuficiência, sendo, portanto, um egoísta epistêmico no sentido de Zagzebski (2020) e permanecendo comprometido com esse ideal mesmo que isso lhe cause prejuízos epistêmicos, porque, para ele, a verdade não importa tanto quanto ele mesmo. Ao se mover em direção ao anti-individualismo, a epistemologia contemporânea estaria abandonando esse vício epistêmico e abraçando a virtude epistêmica da humildade intelectual (Greco, 2021, p. 271).<sup>16</sup>

### **Considerações finais**

O ideal da autonomia intelectual, se identificado com alguma versão do egoísmo epistêmico, é tanto irracional por implicar sua negação (i.e., a tese de que, por vezes, é racional e mandatório confiar em outros), quanto ineficaz na busca por bens epistêmicos. Para Zagzebski, a confiança em outros é consequência da confiança em si mesmo. Essa posição se aproxima do anti-reducionismo a respeito do testemunho e se opõe a uma noção de autonomia epistêmica que seja incompatível com confiança e a dependência epistêmica em outras pessoas. As ideias de Zagzebski são sobre as práticas epistêmicas comuns, que se revelam bastante diferentes da avaliação epistêmica geral empreendida pelo epistemólogo tradicional, caracterizada pelo individualismo, pelo ideal de autonomia epistêmica e pelo reducionismo sobre o testemunho.

Na seção 1, destaquei que o modelo reducionista do testemunho parece descritivamente inadequado. As considerações de Fricker (2023) sobre a fenomenologia da prática testemunhal apontam a implausibilidade de atribuir ao ouvinte o esforço intelectual de produzir um argumento antes de aceitar o relato do falante. Do ponto de vista de um adepto ao ideal de autonomia, isso pode ser entendido como uma razão para mudarmos nossas práticas informais de troca de testemunho, ou como algo a se lamentar a respeito delas. Mas se o endosso do reducionismo for motivado pelo ideal de autonomia, então talvez seja mais razoável concluir que ambos falham, seja a nível descritivo ou normativo. À luz das conclusões alcançadas a respeito do egoísmo epistêmico na seção 2, não parece que as práticas testemunhais precisem de ajustes, nesse aspecto. Pelo

---

<sup>16</sup> Como mencionei na introdução, a autonomia epistêmica é um conceito multifacetado que tem sido discutido sob diversos ângulos, muitos dos quais se distanciam da concepção tradicional e não a vinculam ao egoísmo epistêmico. De fato, suas relações, sejam de oposição ou complementariedade, com a humildade intelectual (cf. Matheson, 2024b; Beebe, 2024) e com a interdependência epistêmica (Battaly, 2022; Levy, 2024) têm sido exploradas teoricamente.

contrário, o individualismo atrelado ao ideal de autonomia e ao reducionismo seriam manifestações do vício epistêmico do orgulho intelectual e trariam consigo danos epistêmicos, sendo obstáculos às práticas epistêmicas sociais.

Diante dessa desconfiança dirigida ao ideal de autonomia epistêmica, penso que duas consequências para a pesquisa em epistemologia são pertinentes. Em primeiro lugar, o reducionismo é colocado em uma posição dialética desfavorável. O ônus de mostrar de maneira convincente que o testemunho não pode gerar conhecimento sem que o ouvinte produza razões recai sobre o reducionista, em vez de recair sobre o anti-reducionista o ônus de defender sua posição contra o peso da tradição filosófica. Em segundo lugar, convém repensar o significado e o valor epistêmico da autonomia, de modo a desassociá-la do egoísmo epistêmico, do orgulho intelectual vicioso e do individualismo epistêmico.

### Referências bibliográficas

- ALSTON, William. Epistemic circularity. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 47, p. 1-30, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Beyond Justification**: dimensions of epistemic evaluation. New York: Cornell University Press, 2005.
- BATTALY, Heather. Intellectual Autonomy and Intellectual Interdependence. In: MATHESON, J.; LOUGHEED, K. (Eds.). **Epistemic Autonomy**. New York: Routledge, 2022, p. 154-172.
- BEEBE, James. The Pitfalls of Epistemic Autonomy without Intellectual Humility. **Social Epistemology**, v. 38, n. 3, p. 331-349, 2024.
- COADY, Cecil Anthony John. **Testimony**. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- COLBURN, Ben (Ed.). **The Routledge Handbook of Autonomy**. New York: Taylor & Francis, 2022.
- FRICKER, Miranda. **Injustiça Epistêmica**: o poder e a ética do conhecimento. Trad. Breno R. G. Santos. São Paulo: EdUSP, 2023.
- HARDWIG, John. Epistemic Dependence. **Journal of Philosophy**, v. 82, n. 7, p. 335-349, 1985.
- FELDMAN, Richard. **Epistemology**. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 2003.
- FOLEY, Richard. **Intellectual trust in oneself and others**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GRECO, John. Intellectual humility and contemporary epistemology: a critique of epistemic individualism, evidentialism and internalism. In: ALFANO, M.; LYNCH, M.; TANESINI, A. (Eds.). **The Routledge Handbook of Philosophy of Humility**. New York: Routledge, 2021, p. 271-282.

- LEVY, Neil. Against Intellectual Autonomy: Social Animals Need Social Virtues. **Social Epistemology**, v. 38, n. 3, p. 350-363, 2024.
- MATHESON, Jonathan; LOUGHEED, Kirk (Eds.). **Epistemic Autonomy**. New York: Routledge, 2022.
- MATHESON, Jonathan (Ed.). Special issue: epistemic autonomy. **Social Epistemology**, v. 38, n. 3, 2024a.
- \_\_\_\_\_. Epistemic Autonomy and Intellectual Humility: Mutually Supporting Virtues. **Social Epistemology**, v. 38, n. 3, p. 318-330, 2024b.
- ROWLEY, William. Evidence of evidence and testimonial reductionism. **Episteme**, v. 9, n. 4, p. 377-391, 2012.
- WAGENKNECHT, Susann. **A Social Epistemology of Research Groups**: collaboration in scientific practice. London: Palgrave-Macmillan, 2016.
- ZAGZEBSKI, Linda. **On Epistemology**. Wadsworth: Cengage Learning, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Epistemic Authority**: a theory of trust, authority, and autonomy in belief. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- \_\_\_\_\_. Ethical and epistemic egoism and the ideal of Autonomy. In: ZAGZEBSKI, L. **Epistemic Values**. Oxford: Oxford University Press, 2020, p. 263-274.